OFENSIVAS À LINGUAGEM NÃO-BINÁRIA EM PROJETOS DE LEIS MUNICIPAIS

Gustavo José Barbosa Paraiso
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
guga.paraiso@gmail.com

Resumo

Em nossa sociedade, atrocidades são reproduzidas no contínuo dos discursos que construímos sobre pessoas LGBTQIAPN+ e que, portanto, a linguagem é parte dos processos de abjetificação dessa população, e é nesse cenário que este trabalho tem como objetivo identificar a construção de sentido sobre a linguagem não-binária[1] (LNB) de gênero em textos legislativos brasileiros (projetos de lei municipais das capitais e dos des maiores municipios de Pernambuco) proibicionistas sobre esse uso linguístico. Linguagem não-binária é toda prática discursiva de representação de pessoas que não se compromete com a produção de sentido dualista de que somos apenas e exclusivamente homens e mulheres, tal como regem modelos culturais dominantes de performance de gênero. Iremos abordar os resultados obtidos de nossa pesquisa intitulada *Linguagem não-binária no Brasil: disputas e tensões em discursos legislativos*. Desvelamos a produção de sentido nesses discursos, observando os tipos de significação mobilizados neles para sustentarem o argumento de proibição dessa linguagem. Em nossa metodologia, fizemos leitura bibliográfica das referências que compõem o material para amparo teórico, primeiro sobre gênero social (Preciado, 2021; Butler, 2022), linguagem inclusiva de gênero (Brevilheri, Lanza e Sartorelli, 2022) e política de representação da comunidade de pessoas de gênero não-binário (Bertucci, 2021). Os eixos teóricos de base para a bibliografia são da Teoria Queer (Miskolci, 2014, 2015) e da Linguística Aplicada Queer e Indisciplinar (Borba 2015; Melo, 2020). Percebemos, ainda, que nesses discursos há uma prevalência de atribuição depreciativa a LNB, associando-a à uma deturpação da língua e do nosso idioma, o que em si, em lentes queer, é um recurso de não assimilação ao discurso de abjetificação aos corpos trans.

Palavras-chave: Linguagem não-binária. Projetos de lei. Linguística queer. Transitividade.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho é um produto da pesquisa intitulada *Linguagem não-binária no Brasil em Projetos de Lei Municipais*, plano de trabalho do projeto maior *Deixe a minha língua lamber o que quiser. Linguagem disruptiva de gênero no Brasil*. Nesta introdução, contextualizamos a pesquisa, com levantamento de dados sobre ela.

Em agosto de 2023, foi apresentado o relatório final da pesquisa:

[1] Optamos por usar hífen na escrita de 'não-binário', com o intuito de dar maior unidade semântica a esse atributo quando designando à linguagem, haja vista ser 'linguagem não-binária' um conceito central aqui.

Linguagem não-binária no Brasil: disputas e tensões em discursos legislativos, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), no Programa de Iniciação Científica (Pbic). Nesta pesquisa, nosso recorte foi delimitado na busca pelos Projetos de Lei (PLs) proibitivos ao uso da Linguagem não-binária (LNB) que estavam tramitando na Câmara Federal e nas Assembleias Legislativas dos Estados e do Distrito Federal. Com essa análise finalizada, nos motivamos para buscarmos mais resultados com novo recorte, sobre os PLs em tramitação nas câmaras municipais das capitais brasileiras, e, também, dos dez (10) maiores munícipios, em número populacional, do estado de Pernambuco.

Para tanto, de acordo com os dados do Projeto Internacional Trans Murder Monitoring (TMM) , o Brasil é o primeiro colocado no total de assassinatos de pessoas transgênero no mundo, pesquisa contabilizada entre 2008 a setembro de 2022, apresentada pela agência internacional de pesquisa Trans Respect .

Segundo o dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) em sua versão mais atualizada, que apresenta os dados de 2023 sobre a situação de violência e assassinatos contra pessoas trans brasileiras, houve um aumento de mais de 10% nos casos de homicídios de pessoas trans em relação a 2022. De acordo com este mesmo dossiê, Pernambuco ocupa o 6º lugar no ranking entre os dez estados brasileiros que mais assassinaram pessoas trans entre 2017 e 2023, totalizando 68 casos.

Diante desse cenário, a motivação para realizarmos essa pesquisa mais que emergiu, ela clamou para produzirmos e mensurarmos mais informações que possibilitem um caminho para auxiliar no combate a essas violências.

Linguagem não-binária (LNB) é um conjunto de estratégias discursivas para proporcionar que a comunicação, especialmente de pessoas que não se enquadram exclusivamente na lógica binária homem/mulher – tal como regem modelos culturais dominantes de performance de gênero –, seja plural e polifônica, isto é, atravessada por pessoas com vozes de diferentes perspectivas e vivências.

Para o desenvolvimento da metodologia selecionamos uma bibliografia sobre gênero social (Preciado, 2021; Butler, 2022), linguagem inclusiva de gênero (Brevilheri, Lanza e Sartorelli, 2022) e política de representação da

comunidade de pessoas de gênero não-binário (Bertucci, 2021). Os eixos teóricos de base para a bibliografia são da Teoria Queer (Miskolci, 2014, 2015) e da Linguística Aplicada Queer e Indisciplinar (Borba 2015; Melo, 2020).

O marco praxeológico que serve de material para desempenhar a análise do discurso dos dados tem inspiração na Análise Crítica do Discurso, sob a esteira de Lilie Chouliaraki e Norman Fairclough (1999) em sua proposta de uma análise de discurso explanatória e de Norman Fairclough (2003), em particular, em sua teoria-método denominada Teoria Social do Discurso, notadamente na análise do significado representacional. Além disso, para a análise textual, que é registrada neste relatório, utilizamos a gramática sistêmico-funcional, investigando o sistema de transitividade (Hallyday e Matthiessen, 2004). Este sistema corresponde a uma unidade de análise para entender quais possibilidades de relação semântica entre itens nominais e verbais são potencialmente capazes de realizar significados representacionais sobre a LNB em nosso corpus.

2. PROBLEMATIZAÇÃO

De acordo com a filósofa estadunidense Judith Butler (2003 [1990]), a lei dominante torna um problema, ao mesmo tempo, a causa e o efeito em nossas vidas, semelhantemente a uma cobra que come sua própria cauda – um ouroboros: ‘a lei dominante ameaça com problemas, ameaça até nos colocar em apuros para evitar que tivéssemos problemas’ (Butler, 2003 p. 07). Partindo desse princípio, segundo a autora, a ideia do poder hegemônico é criar o problema para tê-lo e defendê-lo.

Com isso, Butler toma o feminismo como um exemplo central em sua obra Problemas de Gênero. Segundo ela, para a lógica do feminismo e da luta política em geral, a categoria ‘mulher’ é um problema e uma solução. Para o feminismo, ‘criar’ a categoria ‘mulher’ seria preciso numa oposição ao patriarcado. Essa criação gera o que se defende: a própria categoria. Butler afirma que o feminismo erra em pensar que essa é a melhor estratégia de luta contra o poder. Este é mais do que essa ‘permuta’. O poder não é essa troca, esse jogo de forças. Operar dessa forma é agir como a lei dominante quer.

Para essa filósofa, o poder opera no ideário de que precisamos criar uma

categoria contra outra categoria, instaurando a lógica dicotômica ou binária e, assim, essencializando identidades. Em geral, é dessa forma que agimos em políticas identitárias e afirmativas. Basta pensarmos em conceitos como 'ser humano', 'cidadão', 'pedestre', 'criança', todos eles criados como a racionalidade da categoria 'mulher' para o feminismo. Com esses conceitos-categorias reconhece-se o problema para defendê-lo e se cria uma exterioridade sobre ele, gerando assim algumas questões: Quem não é ser humano? Quem não pode ser lido/a como 'cidadão' (vide as políticas terroristas anti-imigração)? Quem é, de fato, pedestre? Cadeirantes são? Que corpo é verdadeiramente o de uma criança?

Judith Butler (2003) afirma que o poder maior está na construção de uma lógica binária – um pensamento ocidentalizado, platonista – que entende a realidade a partir necessariamente de dicotomias (quem é e quem não é; o que é e o que não é), produzindo antíteses, como bem e mal; vida e morte; sagrado e profano; normal e abjeto. Tal pensamento binarista é herança do platonismo (pensamento dual fundante no ocidente a partir do sistema de opostos proposto pelo filósofo grego Platão). A chave que podemos ter é: De que maneira ultrapassamos essa lógica, incorporando outros pensamentos de culturas diferentes?

Para Judith Butler, sem analisar a construção sócio-histórica do binarismo, o feminismo se destrói, porque não questiona a racionalidade que impõem a ideia de que o gênero é natural e monolítico e cega, muitas vezes, diante da interseccionalidade e da transgeneridade. Agindo assim, suas ações políticas podem passar a ser tão déspotas quanto o que denunciam, na medida em que, assumindo uma postura binária de mundo, veem o que é e o que não é mulher de 'verdade', sem perceber os deslizamentos de se usar essa categoria. Por exemplo, é eleita mulher de verdade, ou mais ajustada com o paradigma do que seja uma mulher, todo o corpo que se aproxima de performances femininas (quais sejam, tidas como submissas ao homem) e componha uma existência organizada pelo sistema útero-ovário-vagina.

Olhar assim nos faz acessar o gênero como sendo natural, o que é ilusão política de discursos dominantes. Somos levades[2] a acreditar no masculino e no

[2] Neste trabalho, vamos usar a própria linguagem não-binária, como não poderia ser diferente diante da defesa que fazemos aqui.

feminino in natura, mas esses espectros são criações performativas. Quando dizemos que uma pessoa que reconhecemos como homem, por exemplo, tem jeito de mulher é porque entendemos a absorção que ela faz de performances dos valores que atribuímos ao universo feminino. Quanto mais forte, intensa e parodística for essa performance mais essa pessoa nos convencerá de que é mulher e se afastará do que entendemos como homem. Isso acontece porque a nossa percepção de masculinidade não é natural, mas uma construção cultural que inscrevemos no outro. Em suma, Butler vai convidar o feminismo contemporâneo a uma genealogia do poder e se abrir para um olhar menos dualista.

Para tanto, o nosso corpo é atividade constante de gênero, pois, ao nos constituirmos como linguagem, somos alimentades por essa construção cultural, tanto quanto nós a alimentamos, e podemos reforçar ou subverter o gênero à medida que interagimos. E entre as possibilidades linguísticas de nossas práticas, a LNB é um dos modos mais objetivos de subverter esse construto cultural.

Também conhecida como linguagem neutra[3], a LNB é parte da linguagem inclusiva de gênero (modelo de discurso já bastante discutido pelo linguista britânico Norman Fairclough, 2001 [1992]) e por outras referências da Linguística, que visa a democratizar representações de gênero fora das universalizações masculinistas. Sendo assim, a linguagem inclusiva de gênero (LIG) integra o que se chama de linguagem inclusiva, que são modos de uso linguístico que objetivam visibilizar grupos historicamente alijados.

Diante disso, podemos afirmar que a LNB é um projeto de discurso glotopolítico, afinal vivemos em uma democracia e, para tanto, não se vive nesta sem a valorização da pluralidade de discursos, linguagens e vozes. Reconhecer a variedade linguística, de gênero, de sexualidade, é tão fundamental quanto

---

[3]Consideramos importante esclarecer que entendemos gênero como uma categoria polissêmica que indica diferentes possibilidade de classificação de seres e coisas no mundo (por isso, falamos de gênero textual, gênero gramatical e gênero literário, por exemplo). Nesse sentido, em muitas línguas, gênero neutro significa o mecanismo usado para o funcionamento gramatical apontar a existência de um ser que não é referido como homem ou mulher contextualmente. No português não temos essa possibilidade de neutro reconhecido como oficial, mas criamos e, quando fazemos isso, costumamos chamar o novo mecanismo de gênero neutro. Contudo, neste estudo, por entendermos que a palavra 'neutro' pode ocasionar problemas de compreensão – indicando também 'imparcial' ou 'isento' –, preferimos usar o epíteto 'não-binária' para 'linguagem não-binária'.

reconhecer a variedade étnica e racial que compõe uma sociedade.

Qualquer tentativa de apagamento dessa variedade é estritamente prejudicial para a democracia. E a tentativa de apagamento dessa pluralidade é o que chamamos de Glotofobia, o que segundo o sociolinguista Philippe Blanchet (1998 apud Baptistone, 2021) consiste em "discriminação, desprezo, ódio, agressão ou depreciação de pessoas pelo uso de certas formas linguísticas consideradas incorretas, inferiores à língua oficial ou padrão, aquela que recebe prestígio social". E a LNB, fenômeno que permeia este trabalho, é um discurso glotopolítico, justamente porque é o exercício que fazemos no cotidiano para promover novos modos de uso da linguagem, com uma intencionalidade clara, que objetiva estabelecer novas práticas políticas e, assim, novas relações sociais.

Glotopolítica, portanto, é esse exercício reflexivo que a LNB promove em usar a linguagem para ser acessível a todas as pessoas, em especial aquelas que não se enquadram na lógica das culturas dominantes de performance de gênero homem/mulher. Pensando no trato da LNB como glotopolítica e sua dimensão semiótica, como apontamos, investigamos a transitividade.

O termo 'transitividade' do latim transitivus (que vai além, que se transmite), refere-se ao ato de passar, que 'implica uma relação de dependência entre um antecedente e um consequente, pois aquele ou aquilo que passa parte de um ponto inicial e atinge um ponto final' (Gurpilhares, 2002, p. 38). No âmbito dos estudos gramaticais, esse termo remete ao grau de completude sintático-semântica de itens lexicais empregados na codificação linguística de eventos, em geral refere-se à "maneira como um verbo se relaciona com os sintagmas nominais numa mesma oração" (Trask, 2004, p. 298), realizando transferência da atividade de um agente para um paciente.

Para a gramática tradicional, a transitividade está situada no verbo, e não na oração: são transitivos aqueles verbos cujo processo se transmite a outros elementos, que lhes completam o sentido, e intransitivos aqueles que instanciam ações que não vão além dos verbos (Cunha e Cintra, 1985). Conforme essa ideia, a classificação de um verbo como transitivo ou intransitivo se apoia em um sintagma nominal (critério sintático) exigido pelo significado do verbo (critério semântico). Já, no interior da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), esse recurso é abordado como um sistema gramatical complexo, que envolve

diferentes aspectos morfossintáticos e semântico-pragmáticos e nos possibilita, com eles, organizar nossas experiências humanas cognitivas e empíricas (Heberle, 1999; Cunha e Souza, 2007).

Como concebido pela LSF – campo de estudos que, atrelado ao trabalho de Norman Fairclough, nos ajuda a investigar nossos textos – esse sistema permite identificar as ações e atividades humanas que estão sendo expressas no discurso, bem como que realidade está sendo retratada, já que é através da linguagem que falamos de nossas experiências, das pessoas, objetos, abstrações, qualidades, estados e relações existentes no nosso mundo exterior e interior. Essa identificação se dá através dos principais constituintes do sistema de transitividade: Processo, Participante e Circunstância. Tais elementos correspondem, de modo geral, às três classes de palavras encontradas na maioria das línguas: verbo, substantivo e advérbio e permitem analisar quem faz o quê, a quem e em que circunstâncias (Halliday e Matthiessen, 2004). Mais para frente, na metodologia, detalharemos como esse sistema se compõe exatamente. Tal recurso se constitui neste estudo na unidade elementar de investigação da relação entre a LNB como glotopolítica e a glotofobia que lhe ataca.

Como metodologia, então, de captura dos dados, conferimos os PLs municipais das capitais brasileiras e dos dez maiores munícipios, em número populacional, do estado de Pernambuco, que proíbem a LNB como LIG no Brasil e analisamos o seu discurso glotofóbico. A seguir, explicaremos melhor esse processo, apresentando dados sobre a caminhada do estudo, mostrando nosso planejamento e os resultados da pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta de dados se iniciou com a busca dos PLs na Câmara Municipal das capitais brasileiras. O resultado desse processo nos apresentou algumas particularidades, e dentre as quais podemos destacar:

a) Anos das proposições: 2020 (2), 2021 (13), 2022 (4), 2023 (4);

b) Partidos proponentes: Partido Liberal/PL (8), União Brasil/UNIAO (7), Partido Republicanos/REPUBLICANOS (5), Progressistas/PP (5), Movimento

Democrático Brasileiro/MDB (2), Partido Trabalhista Brasileiro/PTB (2), Partido Social Cristão/PSC (2), Patriota/PATRIOTA (1), Cidadania/CIDADANIA (1), Brasil 35/BRASIL35 (1), Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB (1), Podemos/PODE (1);

c) Capitais proponentes: São Paulo (3), Rio de Janeiro (3), Curitiba (3), Florianópolis (2), Vitória (2), Fortaleza (2), Belo Horizonte (1), Goiânia (1), Porto Alegre (1), Campo Grande (1), Recife (1), Natal (1), João Pessoa (1), Boa Vista (1).

Podemos observar sobre as ementas desses PLs que a justificativa para sua tramitação se situa sempre no objetivo de se preservar a norma culta, seja por uma proteção da língua portuguesa, ou meramente uma proibição sobre as questões de linguagem e gênero. Apontamos ainda que a maioria foi apensada (anexada) a outros PLs, seja por tratar do mesmo mecanismo ou pelo seu arquivamento conforme determinação de regimento interno da Câmara, como, por exemplo, no caso do Parlamentar proponente do PL encerrar sua legislatura. Em sua tramitação apensada, quem relata esses PLs dá o seu parecer de maneira única, porém se pronunciará sobre todos os outros PLs apensados, recomendando a aprovação ou a rejeição deles ao PL que encabeça os apensados. Cabe ainda observarmos que essa manobra jurídica são artifícios para manter a tramitação desses PLs em pauta nas mesas e comissões legislativas, visando sobretudo a uma brecha na pauta de votação para apresentarem tais projetos na ordem do dia, bem como para que possam passar despercebidos por parlamentares desfavoráveis e, com isso, possibilitar aprovação mediante votação favorável por maioria.

Ainda sobre a coleta do corpus, buscamos os PLs nos dez maiores munícipios, em número populacional, de Pernambuco. Utilizamos como ferramenta para buscar esses dados, os sites das câmaras municipais. A partir deles, extraímos informações sobre os PLs e destacamos as seguintes:

a) Anos das proposições: 2020 (1), 2021 (2);

b) Partidos proponentes: Progressistas/PP (1), Partido Liberal/PL (1), Partido Socialista Brasileiro/PSB (1);

c) Municípios proponentes: Recife (1), Vitória de Santo Antão (1), Caruaru (1).

Verificamos que as ementas desses PLs, assim como o seu

apensamento, corroboram com os dados que obtivemos na coleta das câmaras municipais das capitais brasileiras, onde se tem por objetivos: proibir o uso da LNB, alegando que esta é contrária às regras gramaticais vigentes; além de preservar a norma culta de nossa língua de ameaças ao 'bom português'.

Um ponto para destacarmos é que o município de Vitória de Santo Antão já possui uma lei municipal aprovada, porém os dados sobre sua tramitação não estão disponíveis no site de sua câmara municipal. Além disso, uma curiosidade em nossa busca pelos PLs, é que no município de Garanhuns, que está incluído nos dez maiores em número populacional de Pernambuco, consta que houve um PL que proibia a LNB, do então vereador Tiago Paes, do Partido Democratas, porém o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) cassou a chapa do então vereador por fraude à cota de gênero[4] .

Devemos destacar uma similaridade com o nosso projeto de pesquisa anterior (Linguagem não-binária no Brasil: disputas e tensões em discursos legislativos): a quantidade de PLs que iniciam sua tramitação durante os anos de 2020 e 2021, pois esse foi o período de governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Além disso que os partidos que propuseram esses PLs, em sua grande maioria, faziam parte da base governamental, sendo seu viés político/partidário condizente com discursos provenientes da extrema direita conservadora que se proliferou no Brasil.

Para um segundo momento de nossa análise, realizamos a análise do discurso, de seu significado representacional, usando a teoria social do discurso de Norman Fairclough, examinando elementos que os textos dos projetos nos apresentaram para compreendermos a produção de sentido. Analisamos o sistema de transitividade como recurso textual pelo qual é possível materializar o significado representacional. Com base em Halliday e Matthiessen (2004), investigando a tipologia constituinte da oração transitiva.

Em nossa análise nos textos dos PLs, identificamos 60 ocorrências de

---

[4] A Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) estabelece que cada partido deve preencher um percentual mínimo de 30% de candidaturas femininas entre seus candidatos em eleições proporcionais. O objetivo da lei é assegurar a participação mais igualitária entre homens e mulheres que concorram a cargos eletivos do poder legislativo. No entanto, são identificadas fraudes às cotas de gênero, por meio das popularmente conhecidas 'candidaturas laranjas', que são artifícios utilizado para simular o preenchimento mínimo de 30% de mulheres candidatas por cada partido. Essas fraudes desequilibram a participação feminina na política ao privilegiar os candidatos homens.

Processos Materiais, 44 de Processos Relacionais e 11 de Processos Verbais. Os Processos Materiais, em nossa pesquisa, apareceram como os mais frequentes. Eles se referem a ações externas físicas e perceptíveis (Halliday e Matthiessen, 2004), são aqueles processos dos quais fazemos algo, representados por verbos como: 'proibir', 'anular', 'modificar', 'excluir'. Esses verbos nos indicam uma sequência de ações concretas, que são capazes de expressar a construção ou destruição de algo. Ademais, esses verbos são importantes na atribuição de sentido de representação da ascensão e queda do poder entre os sujeitos. Esses Processos referem-se a ações físicas e observáveis, que são concretas e perceptíveis no mundo real. Eles são representados por verbos que descrevem ações tangíveis e suas consequências.

A análise de discurso usando a transitividade envolve identificar os processos, participantes e circunstâncias nas orações. Quando os processos são Materiais, eles geralmente descrevem ações físicas ou eventos concretos. Os atores sociais, são os participantes que realizam ou sofrem essas ações. Podemos observar que nos textos dos PLs contrários à LNB o Estado é a autoridade (implícita no contexto da proibição) e as instituições de ensino são as afetadas por essa proibição. O alvo específico da proibição é a aplicação e o ensino da 'Linguagem neutra' ou 'dialeto não binário'.

Assim, a LNB tem sido objeto de várias discussões e controvérsias no contexto educacional e administrativo. Observamos, então, que a LNB quando é Objeto das ações em que o Estado é o executor e ela, a LNB, o executado, nesse cenário, ela emerge como um ator social que sofre diretamente as consequências dessas decisões regulatórias. A expressão 'ator social' refere-se aqui à entidade que, mesmo sendo um conceito ou prática linguística, é tratada como participante em ações sociais específicas, neste caso, a ação de proibição.

Quando as autoridades determinam que "fica expressamente proibida a denominada 'linguagem neutra' na grade curricular", essa forma de linguagem é diretamente afetada pela ação de proibir. O processo de proibição, implementado por órgãos reguladores, é uma ação Material que impõe restrições específicas. A LNB, enquanto tentativa de promover uma comunicação inclusiva e não discriminatória, é o alvo dessa proibição, sendo impedida de ser

incorporada e ensinada oficialmente nas instituições de ensino.

Para tanto, a LNB não é apenas uma construção linguística, mas também um ator social que enfrenta barreiras e restrições impostas pelas decisões regulatórias. Essas proibições limitam sua aplicação e disseminação em contextos formais, afetando seu desenvolvimento e reconhecimento como uma prática linguística válida em nossa sociedade.

A ACD sugere uma análise de discurso explanatória que vai além da mera descrição, explorando as relações entre discurso e sociedade. Ela enfatiza a importância de entender como os textos são produzidos, distribuídos e consumidos em contextos sociais específicos. Em "Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research" (2003), Fairclough desenvolve a Teoria Social do Discurso, combinando análise linguística com teoria social para examinar como os discursos contribuem para a construção social da realidade. Essa abordagem foca em como as práticas discursivas são moldadas, assim como moldam também as estruturas sociais.

Já a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) de Halliday (2004) considera a língua como um sistema de escolhas realizadas para construir significado em contextos sociais específicos. Seu foco é em como as diferentes escolhas linguísticas refletem e constroem significados ideacionais, interpessoais e textuais. Dentro deste quadro, o sistema de transitividade refere-se ao conjunto de escolhas linguísticas que descrevem os tipos de processos (ações, eventos, estados) e os participantes envolvidos nesses processos. Sendo assim, a Transitividade é crucial para entendermos como diferentes tipos de ações e eventos são representados linguisticamente.

Somando a esses pressupostos, observamos o significado representacional, dentro da LSF, que se refere a como os textos representam o mundo real, incluindo ações, eventos e estados. É uma parte essencial da análise de Transitividade, que identifica os Processos Materiais (ações concretas) e os participantes (Agente e Objeto).

O Agente é quem realiza ou executa a ação propriamente dita. Já o Objeto é o Participante a quem a ação é dirigida, aquele que efetivamente é afetado pela ação. A análise dos Processos Materiais, conforme discutido por Halliday e Matthiessen (2004), é uma parte fundamental da LSF. Esses Processos são centrais para entendermos como as ações e eventos físicos são representados

na linguagem, especialmente em termos de poder e controle.

Exemplificando com os verbos que apontamos anteriormente, podemos observar que eles representam Processos Materiais pois:

Proibir: Impedir que algo aconteça.
Anular: Tornar algo sem efeito.
Modificar: Alterar alguma coisa.
Excluir: Remover ou deixar de fora.

Esses verbos são cruciais na nossa análise, pois indicam uma sequência de ações concretas que podem construir ou destruir algo, revelando a dinâmica de poder entre os sujeitos. Eles ajudam a entender como ações específicas podem afetar estados de coisas no mundo e como são usadas para representar a ascensão e queda do poder.

Em relação aos Participantes dos Processos Materiais, em nossa análise são o Agente e o Objeto. Como podemos observar nas Orações extraída de nosso corpus:

A linguagem neutra acaba por excluir, outros grupos como pessoas com autismo e dislexos,	Agente: A LNB é o participante ativo que instiga o processo, quem realiza a ação.

Fica expressamente proibida a denominada 'linguagem neutra' na grade curricular e no material didático	Objeto: A LNB é o participante a quem a ação é dirigida, aquele que é efetivamente afetado pela ação.

A identificação dos Processos Materiais é essencial para entendermos como o poder é exercido e representado na linguagem. A escolha de certos verbos e a maneira como os Agentes e Objetos são estruturados em uma frase pode revelar muito sobre relações de poder, controle e influência. Essa escolha de palavras e estruturas gramaticais são fundamentais para analisarmos como diferentes atores sociais são retratados, como suas ações são interpretadas, e como o discurso pode perpetuar ou desafiar ideologias e relações de poder.

Os excertos extraidos para nossa análise podem ser encontrados por você que nos lê no QR code da figura 1. Lá há mais detalhes também sobre as orações. Procure por 'Sistema de Transitividade'. Gostaríamos ainda que você visse, por meio desse link, o material que coletamos. Colocamos nesse mesmo link também os textos dos PLs.

Fig. 1 QR Code para o drive com o corpus da pesquisa[5]

SCAN ME

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como uma interpretação dos dados, podemos apontar que a maior parte dos projetos apresentados está alinhada com a direita radical de nosso país, grupos conservadores religiosos e a setores de alto poder aquisitivo. Tais segmentos expõem como principais argumentos: 1. a promoção da norma culta do português brasileiro; 2. o estabelecimento de medidas protetivas à língua portuguesa do Brasil; 3. o não descumprimento de acordo ortográfico estabelecido entre países lusófonos em 2009; 4. o direito de estudantes ao aprendizado da língua; 5. e a proteção à família.

O primeiro PL com essa temática foi apresentado em 2020 pelos vereadores do município do Rio de Janeiro Alexandre Isquierdo (UNIAO) e Carlos Bolsonaro (REPUBLICANOS). Já o projeto mais recente começou a tramitar em 27 de março de 2023, na câmara municipal de Florianópolis, sob autoria do vereador Maikon Costa (Partido Liberal/PL).

O ano de 2021, período em que o Brasil ainda enfrentava os altos índices da pandemia de covid-19 e estava sob o governo do ex-presidente Jair

[5] Você pode encontrar nesse drive os Pls que fazem parte do corpus desta pesquisa, assim como os Quadros e Tabelas com todos os Processos que encontramos em nossa análise.

Bolsonaro, foi o ano com o maior número de projetos apresentados, treze nas câmaras municipais das capitais, e dois nas câmaras municipais de Pernambuco. As capitais com maior quantidade de projetos apresentados são os municípios de São Paulo (3), Rio de Janeiro (3) e Curitiba (3), seguidos por Florianópolis (2), Vitória (2) e Fortaleza (2).

Na Região Norte, apenas o município de Boa Vista, capital de Roraima têm um PL apresentado. Observamos, também, que todos os partidos responsáveis pelos PLs são de direita, sendo o Partido Liberal/PL, ao qual está vinculado o ex-presidente Jair Bolsonaro, o que mais propôs projetos (8), 23% do total dos PLs existentes nas capitais. Predominantemente, os projetos impedem a linguagem não-binária, argumentando que ela prejudica o ensino do português brasileiro, bem como ameaça o uso de nosso idioma.

Observando, ainda, os PLs existentes nos municípios de Pernambuco, os resultados encontrados são semelhantes aos das capitais brasileiras, eles corroboram com os anos em que se deu o início de sua tramitação, assim como os partidos responsáveis por ela. Um dado para destacarmos é que no município de Vitória de Santo Antão, o PL encontrado já teve sua aprovação por votação na câmara municipal e atualmente é a Lei Municipal nº 4.550/2021.

No entanto, olhando para os resultados obtidos no nosso corpus, não podemos deixar de refletir com os pressupostos apresentados nos textos de Fairclough. Tal linguista permeia seus estudos em três questões, as relações dialéticas entre o discurso e as práticas sociais; o grau de conscientização que as pessoas não têm acerca dessas relações; e o papel essencial do discurso nas mudanças sociais. Assim, os seus pressupostos oferecem reflexões importantes na ACD.

A problematização do discurso é um tema central, assim como as relações de poder e o debate sobre os diferentes modos de constituição do sujeito. Devemos perceber a força de certas verdades e de certas posições de sujeito, e esse é um dos modos pelos quais se faz o controle dos discursos, que são as regras que se criam no interior de determinados campos de saber e definem quem pode ter acesso a certos discursos e quem atende as exigências de entrar na “ordem discursiva”.

Assim, mesmo em um espaço destinado à circulação mais aberta dos discursos, como as escolas, os PLs proíbem a LNB sobretudo nesse espaço de

aprendizagem. Essa prática foi vetada neste mês de agosto de 2024, pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os processos que tramitam sob a relatoria do Ministro Flávio Dino. Em seu voto o Ministro chamou atenção para o fato de a língua ser "viva, sempre aberta a novas possibilidades, em diversos espaços e tempos"[6] , não sendo admissível regulação nem no sentido de imposição e nem no sentido de punição sobre mudanças temporais. Tal feito, como podemos observar, é uma ação glotofóbica. A reflexão que fazemos é que os discursos dos PLs que são proibitivos à LNB atribuem a eles próprios um valor de verdade no modo que circulam e do lugar de onde partem suas falas, considerando que esses discursos não são somente uma prática, e sim operam como acontecimento.

Ademais, em nossa análise, observamos que a LNB, quando é o objeto da ação, o Estado é que incide sobre ela, sendo ele, o Estado, o Agente da ação. Porém quando a LNB é o Agente, a língua portuguesa é o objeto da ação. Isso nos mostra que a LNB promove mudanças na língua portuguesa, ou seja, uma linguagem incidindo transformações em uma língua. Isso não seria próprio do processo de uma língua? Variação e mudança é um dos componentes que asseguram uma língua ser uma língua. Olhando para essa conjuntura, os PLs proibitivos exercem o poder sobre a língua, e a língua é um sistema que dá corpo a vidas. Coisas existem porque existem línguas que as nomeiam. Se algo não tem nome ou não cabe na língua, não existe. Sendo assim, a LNB é alvo de muita discordância por parte de puristas do português. Contudo, lembremos: Quem são os puristas (no masculino mesmo!) da língua portuguesa? Um grupo de pessoas que representa a classe dominante branca, masculinista, cisgênera e rica, que, por saber do valor de patrimônio que uma língua tem, tenta evitar que seu idioma se "suje" com a invenção e as marcas de um povo "diferenciado".

Porém, com a crescente guinada política nessa direção que nosso país tem vivido, diversos setores sociais vêm, cada vez mais, ocupando espaço na ratificação das relações de poder heteronormativo que desconhece as múltiplas facetas da expressão humana e impõe padrões binários sobre as pessoas. Portanto como as pessoas trans, viadas, não binárias e todo o universo

---

[6] Você pode encontrar essa notícia em: https://congressoemfoco.uol.com.br/area/justica/stf-forma-maioria-contra-leis-que-proibem-ensino-sobre-linguagem-neutra/. Acesso em 14-ago-2024.

dissidente da norma, podemos afirmar que mesmo que os seus discursos venham de um lugar de poder, irão sempre encontrar a resistência de nós que nos aliamos às políticas queer.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, J. C. **Fundamentos de gramática do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BAPTISTONE, S. **Glotofobia, fenômeno de estigmatização social: entrevista com Philippe Blanchet**. Cadernos de Letras UFF, Niterói, v.32, n.62, p.13-22, 1º semestre de 2021.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990]. (Coleção Sujeito e História)

_____. **Discurso de ódio**. Uma política do performativo. Trad, Roberta Fabri Viscardi. São Paulo: Editora da Unesp, 2021 [1997].

BREVILHERI, U.; LANZA, F.; SARTORELLI, M. R. Neolinguagem e "linguagem neutra": potencialidades inclusivas e/ou reações conservadoras. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 11, 2022.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press,1999.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

CUNHA, M. A. F.; SOUZA, M. M. **Transitividade e seus contextos de uso**. São Paulo: Lucerna, 2007. (Tópicos em linguagem)

DIAS, L. F. de. Fatos sintáticos e propriedades enunciativas: uma visão semântica da transitividade verbal. In: HORA, D.; CHRISTIANO, M. E. A. (Orgs.). **Estudos linguísticos**: realidade brasileira. João Pessoa: Ideia, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Trad. Maria Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001 [1992].

_____. **Analysing Discourse**: Textual analysis for social research. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2003.

FILLMORE, C. J. Em favor do caso. In: LOBATO, M. L. (Org) **A semântica da Linguística Moderna** – o léxico. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

GURPILHARES, M. S. S. **A (in)transitividade dos verbos de movimento**. Taubaté: Cabral, 2002.

HALLIDAY, M.; MATTHIESSEN, M. I. M. C. **An introduction to functional grammar**. Londres: Edward Arnold, 2004.

HEBERLE, V. M. A representação das experiências femininas em editoriais de revistas para mulheres. **Revista Iberoamericana de DISCURSO Y SOCIEDAD**, Barcelona, vol 1 (3), p. 73-86, 1999.

HOPPER, P.; THOMPSON, S. Trasitivity in grammar and discourse. **Language**, n. 56(2), p. 251- 299, 1980.

MISKOLCI, R. Um saber insurgente ao sul do Equador. **Revista Periódicus**. 1ª edição, mai-out., 2014.

_____. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Cadernos da Diversidade). Capítulo "Origens Históricas da Teoria Queer" – p. 21-35.

PRECIADO, P. B. **Um apartamento em urano**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUZA, M. M. Transitividade verbal: quebrando os grilhões da sintaxe. **Anais do I simpósio Nacional de Estudos Linguísticos**. João Pessoa, Ideia, v. 1, 1997.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística**. Tradução Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.